

A crítica libertária à esquerda do capitalismo

Miguel Amorós

29 de janeiro de 2016

O capital tem proletarizado ao mundo e, ao mesmo tempo, suprimiu visivelmente as classes. Se os antagonismos foram integrados, se não há luta de classes, então não há classes. E não há sindicatos no verdadeiro sentido do termo. De fato, se o escândalo da separação social entre possuidores e despojados, entre líderes e liderados, entre exploradores e explorados, deixou de ser a principal fonte de conflito e as lutas ocorrem dentro do sistema sem questionamento, não há classes em luta, mas, massas à deriva. Os sindicatos, a concha de uma classe dissolvida, perseguem outro objetivo: manter a ficção de um mercado de trabalho. O trabalhador é a base do capital, e não a sua negação. Ele assume qualquer atividade e seu princípio estrutura toda a sociedade: realiza o trabalho, transforma o mundo em um mundo de trabalhadores. Fim de uma classe trabalhadora separada, externa e contra o capital, e generalização do trabalho assalariado. Dentro, há apenas uma massa assalariada mas não uniforme, fragmentada: cada fragmento ocupa uma hierarquia na hierarquia social em relação ao seu nível de compra. No exterior, uma massa excluída e despejada que luta para se reintegrar. Cada camada é definida pela sua capacidade de consumo. As classes médias (middle class), o resultado quantitativo do esmagamento dos antagonismos sociais, são reforçados ao passar sobre a velha pequena burguesia com as camadas de graduados assalariados ligados ao trabalho improdutivo. Nasceram com a racionalização e burocratização do regime capitalista para se desenvolver graças à terciarização progressiva da economia (e à tecnologia que a tornou possível). Eles existem como um grupo de executivos, colarinhos brancos e funcionários em meio a uma sociedade de mercado. Quando a economia funciona, eles são todos pragmáticos, depois apoiantes em bloco da ordem estabelecida, ou seja, da partidocracia. Chamamos a partidocracia o regime político geralmente adotado pelo capitalismo.

É o governo autoritário das cúpulas dos partidos (sem separação de poderes), a forma moderna de uma oligarquia, o que implica a formação de uma burocracia autônoma com seus próprios interesses e sua clientela que tornou a política seu *modus vivendi*. Mais do que a burguesia, as classes médias veem o Estado como um mediador entre a razão do mercado e a sociedade civil, ou melhor, entre interesses privados e seus interesses particulares apresentados como públicos. E é precisamente a separação entre público e privado que deu origem à burocracia administrativo-política, uma parte essencial das classes médias. O Estado partidocrático determina de alguma forma sua existência privada. Em condições favoráveis, aquelas que permitem um estilo de vida do consumidor, essas classes não são politizadas; É a crise do chamado Estado do bem-estar que determina sua politização. Então, as partes originadas pela crise falam em nome de toda a sociedade, tendo sua representação mais autêntica.

Estamos imersos em uma crise que não é apenas econômica, mas total: é a crise do capitalismo. Manifesta-se no plano estrutural na impossibilidade de crescimento suficiente e no nível territorial com os efeitos destrutivos da industrialização generalizada. As consequências são as multiplicações das desigualdades, exclusão, poluição, mudanças climáticas, políticas de austeridade e o aumento do controle social. Durante a fase da globalização (quando a classe trabalhadora não existe mais), um divórcio entre os profissionais da política e as massas que a sofrem ocorre de forma muito visível. A distância pesa mais quando a crise atinge e empobrece as classes médias, a base submissa da partidocracia. A crise considerada apenas sob seu aspecto político é uma crise do sistema tradicional de partidos e, claro, do sistema de bipartidarismo. O amaldiçoamento da corrupção, a prevaricação, o desperdício e a apropriação indevida de fundos públicos são apenas escandalosos quando o desemprego, os cortes, as reduções salariais e os aumentos de impostos atingem essas classes. Assim, os velhos partidos não são suficientes para garantir a estabilidade da partidocracia. Nos países do sul da Europa, a ideologia da cidadania reflete perfeitamente sua reação descontente. Contrariamente ao antigo proletariado, que levantou o assunto em termos sociais, a *cidadania* o coloca exclusivamente em termos políticos.

Assim, eles devem recorrer à linguagem dominante, a da dominação, de preferência usando o vocabulário progressivo e democrático que melhor corresponde ao seu universo mental. Os partidos cidadanistas falam em representação de uma classe universal que não é o proletariado, mas a cidadania, cuja missão seria apenas corrigir uma democracia de má qualidade. Eles consideram a democracia, ou seja, o sistema parlamentar de partidos, como um imperativo categórico. A cidadania é um democratismo legitimista que reproduz tópico por tópico o liberalismo burguês antigo e com muitas vantagens verbais, tentam executá-lo para a esquerda. Devemos lembrar que grande parte do creme fundador dos novos partidos vem do estalinismo e do esquerdismo, para o qual, o que os novos valores democráticos são nada mais do

que a transmutação de velhos cânticos de vanguarda realmente despejados. Formalmente, está situado à esquerda do sistema. É a esquerda do capitalismo.

A maioria dos novos partidos e alianças, liderados principalmente por professores e advogados, inspirou-se na mudança de direção da esquerda convencional latino-americana ou o que é o mesmo, identificando as instituições como o cenário-chave da libertação da mudança, na realidade, eles tentam mudar uma mau burocracia para outra boa, recuperando os eleitores moderados da esquerda ou da direita, algo em que o neoestalinismo e o esquerdismo europeus sempre falharam. Eles aspiram a desempenhar o papel de uma nova social-democracia, constitucionalista ou separatista. A revolução da cidadania começa e termina nas pesquisas, então as reformas eleitorais, jurídicas ou constitucionais (a transformação do regime de 1978) dependem dos resultados e das combinações parlamentares. Novas maiorias políticas devem ser alcançadas ou, como se diz, garantir a governabilidade, já que ninguém quer uma ruptura social, mesmo ao preço de conjurá-la com uma ruptura nacional. A desmobilização, o oportunismo e a rápida burocratização que seguiram as diversas campanhas demonstram isso: os agitadores do dia anterior tornam-se gerentes prontamente responsáveis. A esquerda do capital percebeu que o Estado é essencial para o capitalismo e que, em períodos de expansão econômica, essa dependência permite políticas sociais: algo do neo-keynesianismo à práticas neoliberais que requerem apoio estatal. Estamos enfrentando o renascimento do Estado nacional: um *Estado social* supostamente soberano no âmbito de uma *Europa dos mercados*. A defesa do Estado é a maior prioridade da cidadania, daí a sua estratégia de assalto às instituições, substituto ridículo da apreensão do poder leninista, que depende principalmente dos eleitores conformistas desapontados com as partes sempre e subsidiariamente nos movimentos manipulado socialmente. Embora a crise não possa ser superada, uma vez que é **“uma depressão de longa duração e alcance global”** de acordo com especialistas, a reconstrução do Estado como assistente e mediador quer demonstrar que se pode trabalhar nos mercados a partir da esquerda.

Em suma, não se trata de mudar a sociedade, mas de gerir o capitalismo – dentro ou fora da zona do euro – com a menor despesa e a menor repressão possível para as classes médias. Demonstrar que uma forma alternativa de acumulação capitalista é possível e que o resgate das pessoas é tão importante como a dos bancos, ou seja, que o sacrifício dessas classes não é apenas necessário, mas que não haverá desenvolvimento nem globalização sem elas. Querem aumentar o nível de consumo popular, não para transformar a estrutura produtiva e financeira. Portanto, a eficácia e o realismo são atraídos, não mudanças bruscas e revoluções. O diálogo, o voto e o pacto são as armas da cidadania, não as mobilizações ou as greves gerais. Diálogo direto com poder, diálogo virtual com as **“pessoas”** acima mencionadas. As classes médias são na sua maioria classes não-violentas e informatizadas: sua identidade é determinada pelo medo e pela rede. Em um estado puro, isto é, não contaminado por camadas mais permeáveis ao racismo ou à xenofobia, como os agricultores endividados, os trabalhadores desacreditados e os lumpen-canalhas, eles não querem nada além de uma mudança calma e lenta para o mesmo por dentro. Por outro lado, nestes tempos de reconversão econômica, de extrativismo e de austeridade, os partidos cidadanistas têm de se contentar com atos institucionais simbólicos, uma vez que a sua capacidade de resolver problemas sociais é muito limitada.

Eles dependem da situação mundial, do mercado, e isso não é favorável para eles e provavelmente não será no futuro. Em suma, a sua posição perante as câmaras têm que esconder a falta de resultados, quanto mais lento melhor, esperando ou temendo a formação de outras forças mais determinadas em uma direção (um totalitarismo muito mais difícil) ou em outra (a revolução).

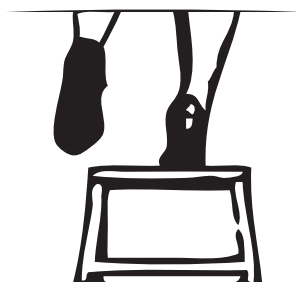
O capitalismo declina, mas seu declínio não é percebido igual em todas as partes. A crise não foi considerada múltipla: financeira, demográfica, urbana, ecológica e social. Também não leva em conta que as guerras periféricas são responsáveis pela globalização capitalista. No sul da Europa, a crise é interpretada como uma ameaça econômica e um problema político. No norte, tende a ser tomada como uma invasão muçulmana e uma ameaça terrorista, isto é, como um problema de fronteira e de segurança. Tudo depende da cor, nacionalidade e religião dos *trabalhadores pobres*. A divisão internacional do trabalho concentra a atividade financeira no Norte e relega o Sul ao ranking de uma extensa área residencial e turística. É por isso que o Sul é principalmente pró-europeu e oposto à austeridade; O Norte é o oposto. A reação mesocrata é contraditória, porque, por um lado, a ilusão de reforma e abertura domina, mas, por outro lado, o modo de vida industrial é imposto em uma bolha e a necessidade de

controle absoluto da população, o que significa um estado de exceção “**em defesa da democracia**”. As mesmas classes votam para a cidadania em um lugar e a extrema direita na outra. Os libertários têm que denunciar este estado de coisas tentando construir movimentos de protesto autônomos no terreno social e diário para se defender. A abstenção é um primeiro passo para a separação do sistema. A perspectiva política pode ser superada por uma mudança radical – ou melhor, retorno aos começos – na forma de atuar e na forma de viver apoiando as relações extramercantis que o capitalismo não conseguiu destruir ou cuja memória não foi apagada. Também através de um retorno sólido no caminho do pensamento: a crítica da concepção burguesa pós-moderna do mundo é mais urgente do que nunca, porque não é concebível uma fuga do capitalismo com a consciência colonizada pelos valores de sua dominação. A descultivação necessária (desalienação) que destrói todas as identidades do aposento que o sistema nos oferece, tem que questionar seriamente o parlamentarismo, o Estado, a ideia de progresso, o desenvolvimento, o espetáculo ... mas não oferecer versões “**antifascistas**” de tudo isso. Não é questão de elaborar uma única teoria com respostas e fórmulas para tudo, uma espécie de um tipo de socialismo de cadeira moderna, ou forjar uma entelequia (povo forte, classe proletária, nação) que justifica um modelo organizacional arcaico e vanguardista, ou para literalmente voltar ao passado, mas, insistimos, é questão de deixar o universo mental e material do capitalismo inspirado no exemplo histórico das experiências vivas não-capitalistas. O trabalho revolucionário tem muita restauração.

É verdade que as lutas anticapitalistas ainda são fracas e muitas vezes recuperadas, mas se eles se mantêm firmes e vão além do nível local, eles podem ser estendidos o suficiente para quebrar o caminho institucional com o modo de vida escravo que o sustenta. A crise ainda é uma crise sem coração. O sistema percorreu seus limites internos (estagnação econômica, restrição de crédito, acumulação insuficiente, declínio na taxa de lucro), mas não o suficiente com seus limites externos (energia, ecologia, culturais, sociais). É necessária uma crise mais profunda para acelerar a dinâmica de desintegração, tornar o sistema inviável e impulsionar novas forças capazes de refazer o tecido social de maneiras fraternas, de acordo com regras não mercantis (como na Grécia), além de articular uma defesa efetiva (como em Rojava). No entanto, a própria crise leva à destruição, não à libertação, a menos que a exclusão seja digna e essas forças concentrem poder suficiente fora das instituições. A estratégia atual da revolução (o uso da exclusão e das lutas em termos de um objetivo superior) deve apontar – tanto na construção diária de alternativas quanto na luta diária – para a erosão de qualquer autoridade institucional, a afinação dos antagonismos e a formação de uma comunidade enraizada, autônoma, consciente e combativa, com os meios de defesa preparados.

Os libertários não querem sobreviver em um capitalismo desumano com um rosto democrático e ainda menos sob uma ditadura em nome da liberdade. Eles não perseguem objetivos diferentes daqueles das massas rebeldes, portanto, eles não devem se organizar por dentro ou por fora das lutas. Eles não reconhecem como um princípio básico da sociedade qualquer contrato social, nem a luta de todos contra todos; tampouco baseiam a tradição, o progresso, a religião, a nação ou a natureza. O comunismo libertário é um sistema social caracterizado por propriedade comunal e estruturado por solidariedade ou ajuda mútua como uma correlação essencial. O trabalho – coletivo ou individual – nunca perde sua forma natural a favor de uma forma abstrata e fantasmagórica. As tecnologias são aceitas desde que não alterem o funcionamento igualitário e solidário da sociedade. A estabilidade ultrapassa o crescimento e o equilíbrio territorial antes da produção. As relações entre os indivíduos são sempre diretas, não mediadas pela mercadoria, de modo que todas as instituições que derivam delas são igualmente diretas, tanto no que afeta as formas como os conteúdos. As instituições começam da sociedade e não se separam disso. É hora de uma nova sociedade histórica livre de mediações e obstáculos alienantes, sem instituições que planejam acima, sem trabalho, mercadoria, sem mercado e sem trabalhadores assalariados. O proletariado existe apenas no capitalismo devido à divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. O mesmo acontece com as aglomerações, resultado da absurda separação entre o campo e a cidade. Uma sociedade autogerida não precisa de empregados e funcionários, já que o público não está separado do privado. Deve deixar a complicação de lado e simplificar. Uma sociedade livre é uma sociedade fraterna, horizontal e equilibrada, desestatizada, desindustrializada, desurbanizada e anti-patriarcal. Nela, o território recupera a sua importância perdida, porque, contrariamente ao atual, será uma sociedade com raízes.

Biblioteca Anarquista



Miguel Amorós

A crítica libertária à esquerda do capitalismo

29 de janeiro de 2016

sinvilla.noblogs.org

Titulo Original: *La crítica libertaria a la izquierda del capitalismo*. Tradução e Revisão por André

Tunes @**Consciência Subversiva**

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org